

A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA e EaD: EXPANSÃO E CONTRIBUIÇÕES

Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Marina Campos Nori Rodrigues

A materialização da polarização entre os defensores do ensino público e privado pode ser analisada pelas disputas em relação ao papel do Estado e como esta concepção é colocada em prática por meio das políticas públicas e regulamentações. (DOURADO, 2016).

Sendo assim, o objetivo desse estudo é analisar a expansão da oferta de cursos superiores a distância e a contribuição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC), entre 2014 e 2018 para o atendimento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014-2024). Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental, com foco nas regulamentações específicas da educação profissional e EaD, e em relatórios de acompanhamento das Metas do PNE e sites de dados educacionais.

O atual PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece 20 Metas, sendo destacadas como estratégias da Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público (OLIVEIRA; LIMA, 2019).

O Observatório do PNE destaca como desafios para atendimento desta Meta elevar o número de instituições de educação superior para o interior do país, aumentar o número de vagas e criar mecanismos de inclusão. Os dados demonstram que tanto a taxa líquida quanto a bruta apresentam crescimento ao longo do período, porém seus valores ainda estão distantes para o cumprimento da Meta. Quando falamos de ampliação de vagas, a EaD em 2018 superou o número de vagas em relação aos cursos presenciais (EaD – 7.170.567 e presencial – 6.358.534), apesar de ter um número menor de cursos (EaD – 3.177 e presencial – 34.785) e matrículas (EaD – 2.056.511 e presencial – 6.394.244) (INEP, 2019).

Com relação ao objetivo da Meta de certificar que 40% das novas matrículas sejam em instituições públicas, entre 2014 e 2015, a educação superior pública apresentou participação negativa com queda nas matrículas. Após esse período

apresenta aumento na participação, todavia ainda longe de alcançar a Meta de 40% (entre 2014 e 2018 esse percentual foi de 18,70%). Ao considerar a contribuição da EaD na expansão de matrículas não podemos deixar de salientar que a modalidade tem crescido exponencialmente ao longo dos últimos anos, porém, apesar de contribuir, ainda carece de maiores investimentos na rede pública, visto que essa expansão tem sido prioritariamente privada e ainda concentrada num número reduzido de instituições se comparada com as presenciais: em 2018, das 299 IES públicas, 99 ofereceram cursos EaD e das 2.238 IES privadas, apenas 244 ofereceram cursos EaD (INEP, 2019).

Outra estratégia da Meta 12 é ao aumento da taxa bruta, para de 50% e da taxa líquida para 33%, do grupo populacional de 18 a 24 anos. Na tabela abaixo, apresentamos os dados referentes às matrículas da rede federal no tocante a esta faixa etária, no período de 2014 a 2017.

Tabela 01 - Expansão das matrículas de graduação – 18 a 24 anos

Dado	2014	2015	2016	2017
Número de matrículas de Graduação RFEPCT	1.870	1.938	1.528	2.903
Número de matrículas e Graduação Rede Pública	23.340	20.622	18.320	31.149
Total de matrículas EaD	267.496	287.108	324.455	403.410

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados retirados do Laboratório de Dados Educacionais – acesso em 28 jan. 2018.

Ao analisar percentualmente os dados, podemos verificar que o aumento da matrícula, nessa faixa etária, da RFEPCT é de 55,2%, enquanto que na rede pública como um todo girou em torno de 33,4%, sendo superior até aos dados gerais da EaD, que apontam um aumento percentual de 50,8% de matrículas de estudantes da faixa etária analisada. Ainda assim, o percentual de matrículas da RFEPCT corresponde a menos de 1% do total de matrículas de EaD dessa faixa etária.

O critério de interiorização é uma característica comum nas políticas de criação da RFECT (BRASIL, 2008), e da UAB, e também estão indicadas na Meta 12 do PNE. Atualmente, segundo dados extraídos do SisUAB, existem 882 cursos de graduação ofertados pela RFEPCT. Na tabela abaixo apresentamos os dados

dos cursos ofertados pela RFEPCT, através do programa UAB, a fim de verificar a incidências de cursos instituídos nas capitais do país.

Tabela 02 - Cursos do programa UAB ofertado pela RFEPCT, por região

Região	Quantidade de cursos	Polos	
		Capital	Outras cidades
Região Norte	78	21	57
Região Nordeste	376	22	354
Região Centro-Oeste	119	11	108
Região Sudeste	154	5	149
Região Sul	95	4	91
Total	822	63	759

Fonte: Elaborado pelas autoras tendo como base os dados do SisUAB (dados extraídos em 24 nov. 2019)

Os dados indicam que menos de 8% dos cursos ofertados pela rede são desenvolvidos nas capitais, o que corresponde às orientações contidas nas políticas analisadas, em específico nas instituições desta rede. Contudo, conforme exposto no quadro a seguir, quando comparamos os dados de matrículas em EaD dessas instituições ao total geral de matrículas dessa modalidade, identifica-se que as contribuições desta rede, assim como das instituições públicas como um todo, respondem a um baixo percentual da totalidade de matrículas da modalidade.

Tabela 03 - Expansão das matrícula e participação no crescimento

Categoria	Modalidade	Matrículas 2014	Matrículas 2018	Crescimento %	Participação no crescimento
IES	Todas	7.828.013	8.450.755	7,96%	100,00%
	Presencial	6.486.171	6.394.244	-1,42%	-14,76%
	EaD	1.341.842	2.056.511	53,26%	114,76%
Públicas - IF e CEFET	Todas	131.962	197.506	49,67%	10,53%
	Presencial	123.288	183.663	48,97%	9,70%
	EaD	8.674	13.843	59,59%	0,83%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no censo da educação superior (2014; 2018).

Considerando a RFEPCT é importante ressaltar que os índices de crescimento dessas instituições são consideráveis, mas ainda com dados ínfimos se comparados ao universo de todas as instituições que ofertam EaD. A expansão vem

ocorrendo, mas com os prejuízos da falta de orçamentos dos programas de fomento e com a paralisação das discussões a respeito da institucionalização da modalidade nesta rede (BATTESTIN *et al*, 2018), a perspectiva é que esse aumento continue impactando muito timidamente os índices registrados nos últimos censos da educação superior.

Referências

BATTESTIN, Vanessa. ARANTES, Denio Rebello; SANTOS, Simone Costa Andrade dos; ZAMBERLAN, Miguel Fabricio. Retrato da institucionalização da EAD na rede federal. *In*: Congresso Brasileira de Ensino Superior a Distância, 15., Congresso Internacional de Ensino a Distância, 4. 2018, Natal. **Anais...** sem paginação. Disponível em: https://esud2018.ufrn.br/wp-content/uploads/187260_1ok.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 28 jan. 2020.

BRASIL. Lei no 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição Extra.

BRASIL. CAPES. **SisUAB**. Disponível em: <https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/login.xhtml>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2014-2018 – Brasília/DF, 2019b**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 29 jan.2020.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior 2018 – Divulgação dos resultados**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. UFG/UFRN/CNPq. OLIVEIRA, João Ferreira de (Coor.). **Dados levantados no âmbito do Projeto Integrado da Pesquisa “Expansão e qualidade da educação superior no contexto do Plano Nacional de educação (2014-2024): Tensões, limites e perspectivas”**, 2020.

BRASIL. MEC. Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Goiás (UFG). **Laboratório de Dados Educacionais**. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação**: Política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016.

OLIVEIRA, J. F. de; LIMA, D. C. B. P. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: tendências e desafios no contexto do PNE (2014-2024). *In*: OLIVEIRA, J. F. de; LIMA, D. C. B. P. (Orgs.). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024)**: Expansão, qualidade e e tendências. Brasília: Anpae, 2019, p. 16-22. Disponível em: <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/PoliticaPNE-Final.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.